

Lei nº 3.442
de 18 de agosto de 2025.

Altera a Lei Ordinária 1.579, de 13.12.1989, para incluir a competência da Guarda Civil Municipal na fiscalização do sossego público

A **Prefeita do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e ela promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. – O artigo 79 da Lei nº 1.579, de 13 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 79. - Qualquer pessoa que considerar seu sossego perturbado por sons ou ruídos não permitidos poderá acionar a fiscalização municipal ou a Guarda Civil Municipal, por qualquer meio, inclusive de forma anônima, para que adotem as providências destinadas a fazer cessar a perturbação.

§ 1º - Compete à Guarda Civil Municipal, quando acionada:

I – receber denúncias relacionadas a ruídos excessivos que perturbem o sossego público;

II - fiscalizar e autuar os infratores, lavrando os autos de infração conforme previsto no artigo 143;

III - adotar as medidas necessárias para fazer cessar a infração, inclusive com o apoio da polícia militar, se necessário.

§ 2º - Para fins de comprovação da infração, além da medição por decibelímetro, poderão ser utilizados outros meios, como gravação de áudio e vídeo, testemunhas e o relatório circunstanciado do agente fiscalizador, que descreverá a natureza e a intensidade da perturbação.

continua



§ 3º - A atuação da Guarda Civil Municipal na fiscalização do sossego público não exclui a competência dos demais órgãos municipais e estaduais, devendo haver cooperação entre eles para a efetiva aplicação da Lei”

Art. 2º. – O artigo 143 da Lei nº 1.579, de 13 de dezembro de 1989, passa avigorar com a seguinte redação:

”Art. 143. - O "Auto de Infração“ será lavrado pelo fiscal, pela Guarda Civil Municipal ou por autoridade delegada pelo Prefeito Municipal, em 3 (três) vias destinando-se a primeira ao autuado, que conterà:

§ 1º- Constatada a infração ao disposto no artigo 75 desta lei, o agente da fiscalização e da Guarda Civil Municipal fica autorizado, ainda:

I - Aplicar a multa correspondente, nos termos do art. 149 desta Lei;

II - Apreender, provisoriamente, os instrumentos, aparelhos, equipamentos e objetos de qualquer natureza que estiverem causando a perturbação, mediante lavratura de termo de apreensão.

III - Interditar parcial ou totalmente a atividade ou o estabelecimento, se for o caso, que esteja apoiando ou facilitando a prática da infração.

§ 2º - A recusa ou desobediência à ordem de cessação da perturbação ensejará a aplicação da multa em dobro, sem prejuízo de outras sanções cíveis e criminais cabíveis.

§ 3º - Os equipamentos e instrumentos apreendidos serão restituídos somente após o pagamento das multas e despesas decorrentes da apreensão, e mediante termo de compromisso de não reincidência. Em caso de não retirada no prazo estabelecido em regulamento, poderão ser levados a leilão ou incorporados ao patrimônio municipal.

continua



§ 4º - Persistindo a infração após a aplicação das penalidades, o caso poderá ser encaminhado à autoridade policial para as providências legais."

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 18 de agosto de 2025, 127 do Distrito e 78 do Município.

Maria Cristina Degaspari Abrahão Saad
Prefeita Municipal de Cordeirópolis

Registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania, em 18 de agosto de 2025.

Mayara Rampo
Secretária Municipal de Justiça e Cidadania